



Rubens Pavão

Um novo ciclo governativo para os Açores

Com o acto de posse da nova Assembleia Legislativa Regional e do novo Governo dos Açores, abre-se um renovado ciclo na vida político-administrativa desta Região, o que é razão para nos regozijarmos pela forma serena como essa mudança ocorreu por aqui, embora muito badalada pelos lados da “capital do império”, onde não faltam comentadores televisivos - e não só - que continuam a travarem-se de razões, alguns até demonstrando que nos conhecem muito vagamente... aliás, como é costume, no que concerne à vida dos açorianos!

Nesta continuada “reserva” que me impõe a pandemia, doravante só através dos vidros da minha janela ficarei atento ao que vier a passar-se - lendo e ouvindo o que dizem os nossos comentadores, sempre discorrendo acerca dos meandros políticos que provocaram esse entendimento pluripartidário até à constituição do novo Governo. Na minha modesta opinião, essa aposta evidencia o desejo que sobressaiu dos resultados eleitorais: - acabar com a prolongada governação do Partido Socialista, o que em democracia é um acto normal, mas por aqui sempre com demoradas alternativas...

Os discursos proferidos pelos novos presidentes da Assembleia Legislativa, Dr. Luís Garcia e do Governo Regional, Dr. José Manuel Bolieiro, dão a entender “que a nova centralidade política e decisória nos Açores está agora, como nunca esteve, no Parlamento”, aliás uma justa e unânime pretensão reclamada por todos os partidos da então oposição que se apresentaram às eleições.

Sempre conheci o Presidente José Manuel Bolieiro como um político de consensos, atitude que irá prosseguir, “numa governação de diálogo com reforço do poder da Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo que continuará a valorizar o papel de intervenção e de influência dos

múltiplos Parceiros Sociais e do Conselho Económico e Social dos Açores”.

Outro aspecto que sempre defendeu e agora de novo reforçou “foi apostar na descentralização e aumentar a cooperação entre a Administração Regional Autónoma e o Poder Local”.

Por razões que se prenderam com a minha já distante actividade profissional, foi sempre meu entendimento que, sem essa descentralização agora anunciada ao mais alto nível - (aliás atitude que o Dr. José Bolieiro, como autarca muito se bateu, mas que nem sempre resultou) - os Municípios só conseguirão alcançar o papel que lhes cabe como naturais “gestores concelhios” se existir uma complementaridade equitativa e dialogante com o Governo, de modo a que o desbobinar do “fio da meada” da acção governativa regional, chegue até às próprias juntas de freguesia, numa natural mobilização de recursos traduzidos quer em ajudas financeiras, quer administrativas, quer mesmo técnicas, que respondam - sem delongas burocráticas - aos imediatos problemas das populações.

Não sei se o nosso Estatuto permite que seja só o Governo “a fazer tudo”, como aconteceu até agora, situação que me parece ser bem diferenciada do poder municipalista continental...

Na actividade governativa que agora se apresenta, parece-me que o Presidente José Manuel Bolieiro precisa, desde já, comunicar com mais proximidade com a população dos Açores e seus representantes políticos, sociais e económicos; isto é, dar-se a conhecer para além do que fez - e bem - durante a campanha eleitoral, ao impor-se - só pela PALAVRA - e alcançar a posição que o seu partido conseguiu.

Decerto que os Conselhos de Ilha são órgãos pluripartidários e, como tal, capazes de interpretar nas deslocações obrigatórias do Governo os sentimentos e

as realidades de cada parcela da Região, mas corre tudo muito depressa... e, como os noticiários informam, nem sempre dá tempo para dizer tudo!

É preciso acabar com o dilema de que “só se aparece porque as eleições estão à porta”; e, talvez por isso, a abstenção ainda continua a ser o grande partido dos descontentes...

A constituição dum Governo é sempre uma tarefa difícil - sobretudo nos nossos dias e ainda com a presença duma coligação que, por direito, também quer representatividade no Governo e nas respectivas nas secretarias regionais. Por isso, creio que é preciso dar o sempre costumado “benefício da dúvida”... e deixar trabalhar. Aliás temos - talvez como nunca - uma oposição mais que atenta!

E, muito a propósito destes “novos tempos”, apetece-me anotar esta recente reflexão do Cardeal Tolentino de Mendonça: “De uma porta estão os que saíram a chegada promissora do futuro, mesmo se nesta primeira fase ele chegue de rompante e nos encontre impreparados, no meio de muitas debilidades. Mas estas serão progressivamente corrigidas e o importante é que não se volte para trás”...

E tenho esperança de que não vamos mesmo voltar ao ponto de partida porque os Açores precisam, como nunca, duma estabilidade política que promova coesão e segurança. Por isso o que agora também se pede é diálogo e espírito cívico: para os que estão na frente de batalha ou numa retaguarda que seja coesa e eficiente nos seus princípios, pois os Açores estão primeiro!

A todos os que vão iniciar esta renovada Legislatura desejo as maiores felicidades pessoais e políticas; e aos terminarem os seus trabalhos legislativos ou governativos - como simples membro da grande família açoriana - fico grato pelo empenho que puseram nos seus mandatos, por vezes com sacrifício das próprias famílias.



Raquel Vaz de Medeiros*

Eliminação da Violência contra as Mulheres



No dia 25 deste mês, comemorou-se o dia da eliminação da violência contra as mulheres. A pandemia COVID-19 produziu alterações profundas nas dinâmicas relacionais e familiares, conduzindo, não raras vezes, ao acentuar de conflitos pré-existentes e ao aumento significativo das situações de violência doméstica.

Mas a violência não é só física...

Associamos muitas vezes o termo violência ao uso da força física, algo que deixa uma marca visível para a vítima e para os outros (nódoas negras, cicatrizes, feridas ou inchaços, por exemplo). Contudo, a violência inclui qualquer forma de uso intencional da força, coacção ou intimidação com a finalidade de lesar a integridade, os direitos e necessidades de outra pessoa. Numa relação abusiva nem sempre a violência física está presente. No entanto, tal não significa que o relacionamento não

seja violento. Há muitas formas de exercer violência. Por exemplo, tentar isolar a vítima dos amigos e família, (tentativas de) afastá-la do emprego, vigilância constante, imposição de regras estritas e pormenorizadas, limitações à privacidade, restrição do acesso a alimentos, roupas ou partes da habitação. A estas formas de violência chamamos violência emocional e psicológica. A violência emocional e psicológica é mais prevalente do que a violência física!

O QUE FAZER NUMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EMOCIONAL E PSICOLÓGICA?

- Conhecer os sinais de alerta e não os ignorar.
- Aceitar que a responsabilidade pela violência é sempre da/o agressor/a e não da vítima.
- Estabelecer limites. Reduza a exposição à/o agressor/a tanto quanto possível.
- Sair da relação ou situação de violência.

- Falar com alguém e pedir ajuda

É possível que, precisamente devido à violência emocional e psicológica sofrida tenha ocorrido um afastamento de amigos e familiares. Mas as pessoas que realmente gostam de nós podem apoiar-nos. Um Psicólogo também pode ajudar a encontrar formas de lidar com estas situações, a recuperar delas e a evitar que se repitam.

Se conhece alguém que está a passar por uma situação de violência emocional ou psicológica, disponibilize-se para escutar, sem realizar julgamentos. Aconselhe essa pessoa a pedir ajuda.

Fique bem, pela sua saúde e a de todos os Açorianos!

Um conselho da Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

*Vogal da direcção da Delegação Regional